RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

ÍNDIOS OU POVOS INDÍGENAS: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

INDIANS OR INDIGENOUS PEOPLES: CONCEPTIONS AND IMPLICATIONS FOR PEDAGOGICAL PRACTICE

INDIOS O PUEBLOS INDÍGENAS: CONCEPCIONES E IMPLICACIONES PARA LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA

Murilo Leonardo da Cunha
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA), Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil.
Discente do curso de Bacharelado em Psicologia.
E-mail: murilo_vitoria@yahoo.com.br

Allyne Evellyn Freitas Gomes
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA), Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil.
Mestre em Psicologia Cognitiva UFPE e docente do curso de Bacharelado em Psicologia.
E-mail: allyne.gomes@univisa.edu.br

Resumo

A terminologia utilizada para designar os povos originários do Brasil tem sido objeto de amplos debates acadêmicos, políticos e educacionais. Historicamente, o termo "índio" foi empregado de forma generalizante e associado a concepções coloniais que invisibilizaram a diversidade étnica e cultural dos diferentes povos indígenas. Em contrapartida, a expressão "povos indígenas" emerge como uma denominação que reconhece a pluralidade, a identidade e os direitos desses grupos sociais. O presente artigo tem como objetivo analisar as concepções relacionadas aos termos "índios" e "povos indígenas" e discutir suas implicações na prática pedagógica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais, documentos legais e diretrizes educacionais. Os resultados evidenciam que a utilização de terminologias adequadas contribui para a valorização da diversidade cultural, o combate a estereótipos e a construção de práticas educativas interculturais. Conclui-se que a formação docente e a implementação efetiva da Lei nº 11.645/2008 são fundamentais para promover uma educação comprometida com o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos históricos e contemporâneos.

Palavras-chave: Povos indígenas; Educação intercultural; Prática pedagógica; Lei 11.645/2008; Diversidade cultural.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

Abstract

The terminology used to refer to Brazil's native peoples has been the subject of extensive academic, political, and educational debate. Historically, the term "Indian" was used in a generalized manner and associated with colonial conceptions that rendered invisible the ethnic and cultural diversity of indigenous groups. In contrast, the expression "indigenous peoples" emerges as a denomination that recognizes the plurality, identity, and rights of these social groups. This article aims to analyze the conceptions related to the terms "Indians" and "indigenous peoples" and discuss their implications for pedagogical practice. This is a qualitative bibliographic study based on national and international scientific publications, legal documents, and educational guidelines. The results show that the use of appropriate terminology contributes to valuing cultural diversity, combating stereotypes, and developing intercultural educational practices. It is concluded that teacher training and the effective implementation of Law No. 11.645/2008 are essential for promoting education committed to recognizing indigenous peoples as historical and contemporary subjects.

Keywords: Indigenous peoples; Intercultural education; Pedagogical practice; Cultural diversity; Law 11.645/2008.

Resumen

La terminología utilizada para designar a los pueblos originarios de Brasil ha sido objeto de amplios debates académicos, políticos y educativos. Históricamente, el término "indio" fue empleado de forma generalizante y asociado a concepciones coloniales que invisibilizaron la diversidad étnica y cultural de los diferentes pueblos indígenas. En contraste, la expresión "pueblos indígenas" surge como una denominación que reconoce la pluralidad, identidad y derechos de estos grupos sociales. Este artículo tiene como objetivo analizar las concepciones relacionadas con los términos "indios" y "pueblos indígenas" y discutir sus implicaciones para la práctica pedagógica. Se trata de una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, fundamentada en producciones científicas nacionales e internacionales, documentos legales y directrices educativas. Los resultados evidencian que el uso de terminologías adecuadas contribuye a valorar la diversidad cultural, combatir estereotipos y construir prácticas educativas interculturales. Se concluye que la formación docente y la implementación efectiva de la Ley nº 11.645/2008 son fundamentales para promover una educación comprometida con el reconocimiento de los pueblos indígenas como sujetos históricos y contemporáneos.

Palabras clave: Pueblos indígenas; Educación intercultural; Práctica pedagógica; Diversidad cultural; Ley 11.645/2008.

1 Introdução

A discussão acerca das terminologias utilizadas para designar os povos originários do Brasil tem ocupado lugar de destaque nos campos da Educação, Antropologia, História e Estudos Culturais. Embora o termo "índio" tenha sido amplamente difundido desde o período colonial, diversos pesquisadores e lideranças indígenas apontam que essa nomenclatura carrega marcas históricas de generalização e invisibilização das diferenças étnicas existentes entre os diversos povos indígenas brasileiros (LUCIANO, 2013; MUNDURUKU, 2017).

Historicamente, a palavra "índio" surgiu a partir do equívoco geográfico dos navegadores europeus que acreditavam ter chegado às Índias ao desembarcarem

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

no continente americano no século XV. A partir desse erro, diferentes povos passaram a ser agrupados sob uma única categoria identitária, ignorando suas especificidades linguísticas, culturais, cosmológicas e territoriais (OLIVEIRA, 2016). Tal processo constituiu uma estratégia de homogeneização que favoreceu práticas coloniais de dominação, evangelização e assimilação cultural.

Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder produziu classificações sociais que permanecem influenciando as formas de representação dos grupos historicamente subalternizados. Nesse sentido, a categoria "índio" pode ser compreendida como uma construção colonial que reduziu centenas de povos distintos a uma identidade única e estereotipada. Essa representação ainda está presente em diversos espaços sociais, inclusive na escola, onde frequentemente os povos indígenas são retratados como sujeitos pertencentes ao passado, associados exclusivamente ao período da colonização brasileira.

Nas últimas décadas, os movimentos indígenas brasileiros têm reivindicado formas mais adequadas de reconhecimento social e político. Nesse contexto, a expressão "povos indígenas" passou a ser amplamente utilizada por organismos internacionais, pesquisadores e pelos próprios movimentos sociais indígenas, uma vez que reconhece a pluralidade de identidades existentes e fortalece a luta pelo reconhecimento de direitos coletivos (BANIWA, 2021).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Brasil possui mais de 1,6 milhão de indígenas distribuídos em diferentes regiões do país, pertencentes a mais de 300 povos e falantes de aproximadamente 270 línguas. Esses números demonstram a diversidade sociocultural dos povos indígenas brasileiros e reforçam a inadequação de abordagens que os tratam como um grupo homogêneo.

No campo educacional, a aprovação da Lei nº 11.645/2008 representou um marco importante ao determinar a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em toda a Educação Básica. A legislação busca combater a invisibilização histórica desses grupos e promover o reconhecimento de suas contribuições para a formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2008).

Entretanto, diversos estudos apontam que a implementação dessa legislação ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles destacam-se a escassez de materiais didáticos adequados, a insuficiente formação de professores e a permanência de concepções estereotipadas sobre os povos indígenas nos currículos escolares (BERGAMASCHI; GOMES, 2012; SILVA, 2021).

Sob a perspectiva da Educação Intercultural, a escola deve constituir-se como espaço de diálogo entre diferentes saberes, culturas e formas de compreender o mundo. Para Candau (2020), a interculturalidade crítica pressupõe o reconhecimento das diferenças culturais sem reproduzir relações de

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

desigualdade e subordinação. Complementarmente, Walsh (2019) afirma que uma educação intercultural comprometida com a justiça social precisa questionar os processos históricos de colonialidade presentes nos sistemas educacionais.

Diante desse cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais são as concepções associadas aos termos "índios" e "povos indígenas" e quais suas implicações para a prática pedagógica?

Como objetivo geral, este estudo busca analisar as concepções relacionadas aos termos "índios" e "povos indígenas" e suas implicações na prática pedagógica.

Como objetivos específicos pretende-se: identificar as principais concepções históricas sobre os povos indígenas; compreender os debates contemporâneos acerca das terminologias utilizadas; analisar as implicações dessas concepções para o contexto educacional; e discutir possibilidades pedagógicas fundamentadas na interculturalidade.

A relevância deste estudo encontra-se na necessidade de fortalecer práticas educativas comprometidas com a diversidade cultural e com os princípios da educação intercultural crítica. Além disso, contribui para o aprimoramento da formação docente e para a efetivação das políticas educacionais voltadas à valorização dos povos indígenas.

2 Fundamentação

2.1 A construção histórica da categoria "índio"

A categoria "índio" não corresponde a uma identidade construída pelos próprios povos originários, mas sim a uma classificação criada pelos colonizadores europeus durante o processo de expansão colonial. Conforme afirma Oliveira (2016), essa nomenclatura foi utilizada para reunir sob uma mesma designação centenas de grupos distintos, desconsiderando suas especificidades culturais e históricas.

Para Cunha (2018), a invenção da categoria "índio" desempenhou papel fundamental na consolidação do projeto colonial, uma vez que permitiu justificar práticas de exploração, catequização e controle social. Ao longo dos séculos, a imagem do indígena foi associada a representações dicotômicas que oscilavam entre o "bom selvagem" e o "selvagem ameaçador", contribuindo para a construção de estereótipos que permanecem presentes no imaginário social brasileiro.

A literatura antropológica contemporânea tem questionado essas representações simplificadoras. Castro (2015) destaca que os povos indígenas constituem sociedades complexas, portadoras de sistemas próprios de conhecimento, organização social, espiritualidade e relação com a natureza.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

Segundo Luciano (2013), a utilização da expressão "povos indígenas" representa um avanço político e conceitual por reconhecer a diversidade étnica existente no Brasil. O autor argumenta que o reconhecimento da pluralidade é condição fundamental para o fortalecimento da cidadania indígena e para a efetivação de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

2.2 Povos indígenas e a educação brasileira

A relação entre educação e povos indígenas foi historicamente marcada por processos de assimilação cultural. Durante séculos, as instituições escolares atuaram como instrumentos de integração forçada dos povos indígenas à sociedade nacional, promovendo o abandono de línguas, costumes e tradições ancestrais (MAHER, 2006).

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma ao reconhecer os direitos culturais, linguísticos e territoriais dos povos indígenas. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e a Lei nº 11.645/2008 fortaleceram a necessidade de valorização da diversidade étnica no ambiente escolar.

Contudo, pesquisas recentes demonstram que muitas escolas ainda reproduzem práticas pedagógicas baseadas em concepções folclorizadas dos povos indígenas (SILVA, 2021). É comum encontrar atividades escolares centradas apenas no "Dia dos Povos Indígenas", reduzindo a discussão a elementos como cocares, pinturas corporais e habitações tradicionais.

Para Bergamaschi e Gomes (2012), tais práticas contribuem para a cristalização de estereótipos e dificultam a compreensão dos povos indígenas como sujeitos contemporâneos que participam ativamente da vida política, econômica e cultural do país.

2.3 Interculturalidade, decolonialidade e prática pedagógica

A interculturalidade crítica emerge como uma importante perspectiva para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural. Segundo Candau (2020), a interculturalidade não se limita à coexistência de diferentes culturas, mas pressupõe relações de diálogo, reconhecimento e justiça social.

Nesse sentido, Walsh (2019) defende que a educação deve promover processos de descolonização do conhecimento, questionando narrativas eurocêntricas historicamente consolidadas nos currículos escolares. Essa perspectiva dialoga diretamente com as contribuições dos Estudos Decoloniais, especialmente com autores como Quijano (2005) e Mignolo (2017), que

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

problematizam a permanência das estruturas coloniais nos sistemas educacionais contemporâneos.

No contexto da temática indígena, a decolonialidade implica reconhecer a legitimidade dos conhecimentos produzidos pelos povos originários e incorporá-los aos processos de ensino e aprendizagem. Conforme argumenta Krenak (2022), a valorização dos saberes indígenas contribui para ampliar as formas de compreender a relação entre humanidade, natureza e sociedade.

Assim, práticas pedagógicas interculturais devem promover o protagonismo indígena, a utilização de produções intelectuais indígenas e o desenvolvimento de abordagens curriculares que contemplem a diversidade de experiências e identidades presentes entre os povos originários brasileiros.

2.4 Lei 11.645/2008 e os desafios da implementação no currículo escolar

A promulgação da Lei nº 11.645, em 10 de março de 2008, representou um importante avanço nas políticas educacionais brasileiras voltadas ao reconhecimento da diversidade étnico-cultural. A legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as instituições de Educação Básica, públicas e privadas (BRASIL, 2008).

A aprovação dessa legislação ocorreu em um contexto marcado pelas reivindicações históricas dos movimentos indígenas e negros por maior representatividade nos currículos escolares. Conforme destaca Gomes (2017), a escola brasileira foi historicamente estruturada a partir de referenciais eurocêntricos que invisibilizaram as contribuições dos povos indígenas e africanos para a formação da sociedade nacional. Nesse sentido, a Lei nº 11.645/2008 constitui uma importante estratégia de reparação histórica e de valorização da diversidade cultural brasileira.

Apesar dos avanços legais, diversos estudos apontam que a implementação da legislação ainda enfrenta obstáculos significativos. Bergamaschi e Gomes (2012) observam que muitos sistemas de ensino apresentam dificuldades para incorporar efetivamente a temática indígena aos currículos, limitando-se frequentemente a abordagens pontuais e comemorativas. Em muitos casos, os conteúdos relacionados aos povos indígenas permanecem concentrados em datas específicas, como o Dia dos Povos Indígenas, sem integração efetiva ao planejamento pedagógico anual.

Segundo Silva (2021), a insuficiente formação inicial e continuada dos professores constitui um dos principais desafios para a efetivação da lei. Muitos docentes relatam não possuir conhecimentos específicos sobre a história, a cultura

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

e a diversidade dos povos indígenas brasileiros, o que contribui para a reprodução de estereótipos e abordagens superficiais.

Outro problema recorrente refere-se aos materiais didáticos utilizados nas escolas. Pesquisas indicam que muitos livros didáticos ainda apresentam representações estereotipadas dos povos indígenas, frequentemente associados a imagens do passado colonial ou retratados de maneira homogênea, desconsiderando a diversidade existente entre os mais de 300 povos indígenas presentes no Brasil (LUCIANO, 2013; SILVA, 2021).

Nesse contexto, a implementação da Lei nº 11.645/2008 exige mais do que a simples inclusão de conteúdos curriculares. Conforme argumenta Candau (2020), é necessário promover mudanças epistemológicas capazes de reconhecer diferentes formas de produção do conhecimento e valorizar perspectivas historicamente marginalizadas. A educação intercultural crítica propõe justamente essa transformação, ao defender a construção de currículos mais inclusivos, plurais e comprometidos com a justiça social.

Além disso, autores vinculados aos Estudos Decoloniais argumentam que a efetivação da legislação requer a superação da colonialidade presente nos sistemas educacionais. Para Walsh (2019), não basta incluir conteúdos sobre povos indígenas; é necessário questionar as estruturas de poder que historicamente produziram sua invisibilização nos espaços escolares.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017, reforça a necessidade de valorização da diversidade cultural e do reconhecimento das diferentes matrizes que constituem a sociedade brasileira. Contudo, a concretização desses princípios depende de investimentos contínuos em formação docente, produção de materiais pedagógicos e construção de práticas educativas interculturais.

Dessa forma, a Lei nº 11.645/2008 representa um importante marco legal para a democratização do conhecimento escolar. Entretanto, sua implementação efetiva permanece como um desafio que exige o compromisso das instituições educacionais, dos sistemas de ensino e dos profissionais da educação na construção de uma escola mais inclusiva e socialmente referenciada.

2.5 Produção intelectual indígena e contribuições para a educação contemporânea

Nas últimas décadas, observa-se o fortalecimento da produção intelectual indígena no Brasil, fenômeno que tem contribuído significativamente para a ampliação dos debates sobre educação, cultura, identidade e direitos humanos. Diferentemente das abordagens tradicionais, nas quais os povos indígenas eram frequentemente objeto de estudo de pesquisadores não indígenas, a produção

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

contemporânea evidencia o protagonismo desses sujeitos na construção de conhecimentos sobre suas próprias realidades.

Segundo Baniwa (2021), a emergência de intelectuais indígenas no cenário acadêmico brasileiro representa uma importante transformação política e epistemológica. Trata-se de um movimento que possibilita a produção de narrativas elaboradas a partir das experiências, perspectivas e cosmologias dos próprios povos indígenas, rompendo com práticas históricas de silenciamento e subalternização.

Entre os principais intelectuais indígenas brasileiros destaca-se Daniel Munduruku, escritor, educador e ativista pertencente ao povo Munduruku. Sua obra tem desempenhado papel fundamental na desconstrução de estereótipos historicamente reproduzidos pela sociedade brasileira. Para Munduruku (2017), a escola precisa abandonar representações folclorizadas dos povos indígenas e reconhecê-los como sujeitos contemporâneos, produtores de conhecimento e participantes ativos da vida nacional.

O autor enfatiza que a educação deve contribuir para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento das identidades indígenas. Nesse sentido, suas produções literárias constituem importantes recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas educativas interculturais e antirracistas.

Outro importante intelectual indígena contemporâneo é Ailton Krenak, liderança indígena, ambientalista e escritor pertencente ao povo Krenak. Em suas obras, especialmente "Ideias para adiar o fim do mundo" (2019) e "Futuro ancestral" (2022), Krenak problematiza as concepções ocidentais de progresso, desenvolvimento e relação com a natureza.

Segundo Krenak (2019), a crise ambiental contemporânea está diretamente relacionada à lógica de exploração da natureza construída pela modernidade ocidental. Suas reflexões contribuem para a educação ao promover novas formas de pensar as relações entre seres humanos, meio ambiente e sociedade. Para o autor, os saberes indígenas oferecem importantes contribuições para a construção de modelos mais sustentáveis e éticos de convivência.

Destaca-se também a atuação de Eliane Potiguara, escritora, professora e ativista indígena pertencente ao povo Potiguara. Sua produção intelectual aborda questões relacionadas aos direitos humanos, à identidade indígena, à educação e ao protagonismo das mulheres indígenas. Potiguara (2019) denuncia os processos históricos de violência, exclusão e apagamento cultural sofridos pelos povos indígenas, defendendo uma educação comprometida com a valorização da diversidade e com a promoção da justiça social.Suas obras contribuem para ampliar as discussões sobre gênero, etnicidade e interculturalidade, oferecendo

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

importantes subsídios para a construção de práticas pedagógicas críticas e inclusivas

No campo acadêmico, destaca-se ainda Gersem Baniwa, um dos principais pesquisadores indígenas brasileiros. Suas produções discutem temas como educação escolar indígena, interculturalidade, políticas públicas e direitos indígenas. Segundo Baniwa (2021), a educação deve ser compreendida como instrumento de fortalecimento cultural e político dos povos indígenas, contribuindo para a preservação de suas línguas, tradições e conhecimentos.

A crescente presença desses intelectuais nos currículos escolares e universitários representa um importante avanço para a democratização do conhecimento. Conforme argumenta Walsh (2019), a inclusão de perspectivas indígenas nos processos educativos contribui para a construção de uma pedagogia decolonial, capaz de questionar hierarquias epistemológicas historicamente estabelecidas.

Nesse contexto, a produção intelectual indígena contemporânea constitui uma importante ferramenta para a efetivação da Lei nº 11.645/2008. Ao possibilitar que os estudantes tenham acesso às narrativas produzidas pelos próprios povos indígenas, essas obras favorecem a construção de conhecimentos mais críticos, plurais e contextualizados.

Assim, a valorização da autoria indígena nos espaços educativos não representa apenas uma estratégia pedagógica, mas também um compromisso ético e político com a promoção da diversidade cultural, da justiça social e do reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos produtores de conhecimento.

3 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO, Google Scholar, Periódicos CAPES e Redalyc, utilizando os descritores: povos indígenas, educação indígena, educação intercultural, Lei 11.645/2008, decolonialidade e prática pedagógica (GIL,2019).

Foram selecionadas produções científicas publicadas entre 2004 e 2025, incluindo artigos, livros, e documentos oficiais relacionados à temática. Os critérios de inclusão contemplaram estudos que discutissem concepções sobre os povos indígenas e suas relações com a educação escolar.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

A análise dos dados ocorreu por meio da leitura analítica e interpretativa das produções selecionadas, possibilitando a identificação de categorias temáticas relacionadas aos conceitos, desafios e possibilidades da educação intercultural.

4 Resultados e Discussões

A análise da literatura revela que a discussão acerca das terminologias "índio" e "povos indígenas" possui implicações que ultrapassam o campo linguístico, envolvendo questões relacionadas à identidade, representatividade, cidadania e direitos sociais.

Os estudos analisados demonstram que o termo "índio" ainda permanece presente em materiais didáticos e práticas escolares, frequentemente associado a representações homogêneas e estereotipadas (BERGAMASCHI; GOMES, 2012). Tais representações tendem a apresentar os povos indígenas como grupos pertencentes ao passado, invisibilizando sua presença contemporânea e suas contribuições para a sociedade brasileira.

Essa constatação converge com as reflexões de Quijano (2005), que destaca a permanência da colonialidade do saber como um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades sociais e culturais. Ao representar os povos indígenas apenas sob perspectivas históricas ou folclóricas, a escola contribui para a manutenção de narrativas coloniais que desconsideram a diversidade e a complexidade dessas populações.

Outro aspecto identificado refere-se às dificuldades encontradas pelos docentes para trabalhar a temática indígena de forma crítica e contextualizada. Estudos recentes apontam que muitos professores relatam insuficiência de formação inicial e continuada para abordar conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial (BANIWA, 2021; SILVA, 2021).

Nesse contexto, a implementação da Lei nº 11.645/2008 ainda ocorre de maneira desigual entre as instituições de ensino. Embora a legislação represente um avanço significativo, sua efetivação depende de investimentos em formação docente, revisão curricular e produção de materiais didáticos que contemplem a diversidade dos povos indígenas brasileiros.

A literatura também evidencia a crescente relevância da produção intelectual indígena como recurso pedagógico. Obras de autores como Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Eliane Potiguara e Gersem Baniwa têm contribuído para ampliar as possibilidades de ensino sobre a temática indígena a partir das perspectivas dos próprios sujeitos historicamente representados por discursos externos.

Outro resultado importante refere-se ao potencial das práticas pedagógicas interculturais para a desconstrução de preconceitos e estereótipos. Projetos que

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

promovem o diálogo com lideranças indígenas, análise de produções artísticas contemporâneas, estudo das línguas indígenas e discussão sobre direitos territoriais demonstram maior eficácia na construção de conhecimentos críticos sobre a temática.

Além disso, verifica-se que a abordagem intercultural favorece o desenvolvimento de atitudes de respeito às diferenças culturais e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes acerca da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira. Conforme argumenta Candau (2020), a educação intercultural crítica constitui uma estratégia fundamental para o fortalecimento da democracia e da justiça social.

Dessa forma, os resultados analisados indicam que a superação das concepções estereotipadas sobre os povos indígenas exige transformações curriculares, pedagógicas e institucionais. A adoção da expressão "povos indígenas", associada a práticas educativas fundamentadas na interculturalidade e na decolonialidade, pode contribuir significativamente para a construção de uma educação comprometida com a diversidade, os direitos humanos e o reconhecimento dos povos originários como sujeitos históricos e contemporâneos.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa possibilitou compreender que a discussão em torno das terminologias "índio" e "povos indígenas" ultrapassa aspectos meramente linguísticos, estando diretamente relacionada aos processos históricos de colonização, às formas de representação social e à luta pelo reconhecimento da diversidade étnica e cultural dos povos originários brasileiros. A análise da literatura evidenciou que o termo "índio" foi construído em um contexto colonial que contribuiu para a homogeneização de centenas de povos distintos, favorecendo a produção e a manutenção de estereótipos que ainda persistem em diferentes espaços sociais e educacionais.

Os resultados demonstraram que a utilização da expressão "povos indígenas" representa um avanço conceitual e político, pois reconhece a pluralidade de identidades, línguas, culturas e formas de organização social existentes entre os povos originários. Tal reconhecimento constitui elemento fundamental para o fortalecimento da cidadania indígena e para a promoção de práticas educativas mais inclusivas e socialmente comprometidas.

No campo educacional, constatou-se que, apesar dos avanços proporcionados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 11.645/2008, ainda existem desafios significativos para a efetiva inserção da temática indígena nos currículos escolares. Entre esses desafios destacam-se a insuficiência da formação docente, a permanência de materiais didáticos que reproduzem visões

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

estereotipadas e a realização de abordagens pontuais que não contemplam a complexidade e a contemporaneidade dos povos indígenas.

A pesquisa também evidenciou a relevância da interculturalidade crítica e da perspectiva decolonial como fundamentos para a construção de práticas pedagógicas capazes de promover o diálogo entre diferentes saberes e questionar estruturas históricas de exclusão. Nesse contexto, a valorização da produção intelectual indígena contemporânea surge como importante estratégia para ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, permitindo que os próprios povos indígenas sejam reconhecidos como produtores de conhecimento e protagonistas de suas narrativas.

Conclui-se que a construção de uma educação comprometida com a diversidade cultural exige a superação de concepções reducionistas e a adoção de práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos históricos, contemporâneos e detentores de conhecimentos fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. Assim, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento de políticas educacionais e práticas docentes voltadas à promoção da justiça social, do respeito às diferenças e da valorização da pluralidade cultural presente no Brasil.

6 Referências

BANIWA, Gersem José dos Santos. *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Manaus: EDUA, 2021.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: possibilidades para o diálogo intercultural. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 53-69, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Educação intercultural e práticas pedagógicas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GIL, Antônio Carlos**.** *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: indígenas – primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LUCIANO, Gersem José dos Santos (Baniwa). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECADI; LACED/Museu Nacional, 2013.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: MEC, 2006. p. 11-38.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 4. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SILVA, Maria Aparecida da. Povos indígenas e currículo escolar: desafios para a implementação da Lei nº 11.645/2008. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 59, n. 61, p. 1-20, 2021.

ISSN 2674-8584

Received: 11/05/2026 - **Accepted:** 26/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/hgx1wf38
Pages: 1-14

WALSH, Catherine. *Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, reexistir e re-viver*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.